

00369/81

DIARIO DE NOTICIAS Lisboa	14. ABR. 1981
COMERCIO DE VIVERES (O) Lisboa	

Biblioteca e Arquivo

201

O livro universitário

A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) anunciou o propósito de apresentar ao ministro da Educação propostas concretas sobre o funcionamento das bibliotecas universitárias.

É uma iniciativa que não surpreende, sabendo-se que a BAD mantém as «maiores reservas» acerca do decreto-lei de Setembro de 1980 que cria as bibliotecas universitárias nacionais e que até hoje não foi aplicado.

Mas a contestação das soluções, feita em nome de modernos conceitos de biblioteconomia e tendo em vista a necessidade de facilitar o acesso «ao mais rico património documental» para cada domínio da ciência e da técnica, não deve secundarizar os outros problemas que actualmente se põem em matéria de bibliotecas universitárias.

A desejável expansão da investigação científica e o consequente desenvolvimento das adequadas estruturas universitárias reclamam decerto a existência de bibliotecas onde se possam consultar as revistas e publicações científicas e técnicas mais especializadas e actualizadas, conforme se diz no decreto citado.

É, porém, igualmente necessário, dado o preço actual dos livros e das revistas, proteger a relativa igualdade de acesso ao ensino superior através de bibliotecas de faculdades, escolas ou departamentos que disponham das espécies bibliográficas indispensáveis à preparação dos estudantes da respectiva área.

Ainda há bibliotecas que não constituem o repositório dos trabalhos publicados por imprescindíveis pelos professores de cada ramo do saber e por isso de leitura ou consulta quase obrigatória.

Pior ainda, em algumas instituições do ensino superior a exiguidade de recursos não permite às bibliotecas atender aos problemas especiais dos estudantes-tra-

balhadores, muitos dos quais se encontram nessa condição exactamente porque as famílias se defrontam com maiores dificuldades financeiras. Com escasso número de exemplares das obras de maior procura, as bibliotecas reduzem excessivamente o prazo para leitura domiciliária, única acessível aos que não podem frequentar as salas de consulta às horas normais de funcionamento.

É por isso conveniente uma aplicação muito ponderada dos meios disponíveis, e uma gestão criteriosa da ajuda de instituições como a Gulbenkian e certos organismos estrangeiros, para que as bibliotecas universitárias possam responder simultaneamente às exigências da investigação de mais alto nível e às carências de informação mais voltada para o ensino.

Não parece fácil estabelecer uma ordem de prioridade quando está em causa a formação dos alunos e a investigação científica e técnica que compete igualmente à Universidade. Mas é de desejar que o recurso a métodos actuais de inventariação e catalogação dos patrimónios bibliográficos — com a informatização da «memória» desses fundos à escala nacional, a descentralização do respectivo acesso a partir de qualquer ponto do País e o intercâmbio entre as diferentes instituições — tenha sempre em conta que uma parte da consulta constante não se determina pela raridade dos títulos mas pela impossibilidade material de outro acesso a obras existentes no mercado.

Aliás, o problema põe-se também, e talvez principalmente, para o livro estrangeiro, porque de muitas obras de referência obrigatória não existem traduções portuguesas e porque as edições originais, naturalmente preferíveis neste nível de ensino, chegam a Portugal, com o câmbio livreiro, a preços ainda mais inoportáveis para a bolsa da generalidade dos estudantes.

RECORRER

UNIVERSIDADE DE ÉVORA